



**XII Encontro da ASG-PLP  
26 a 28 de Setembro, Díli**

**Tema 4.**

**A CRESCENTE INTERVENÇÃO DA ASG-PLP NA CONSOLIDAÇÃO DAS  
COMPETÊNCIAS TÉCNICAS DOS FUNCIONÁRIOS PARLAMENTARES**

I – Enquadramento do tema

II – As acções

III – Reflexões sobre o impacto da preparação técnica dos funcionários na actividade parlamentar - uma visão analítica

**I – Enquadramento do tema**

O desenvolvimento de capacidades configura um processo contínuo que, ocorrendo em diferentes locais desta comunidade de países (CPLP) contém, em si mesmo, um veículo de interacção e comunicação entre os vários actores e concretiza-se através de um espaço comum – a língua portuguesa.

A comunidade da CPLP, inserida num sistema em que impera a globalização e a mundialização, reflecte os laços históricos, linguísticos e culturais que ligam os países que a integram, no estrito respeito pela identidade própria de cada um.

Em diversos *fora* internacionais tem sido destacado o empenho dos Parlamentos de Língua Portuguesa no fortalecimento da coesão entre os seus membros, nos domínios dos direitos humanos, da defesa da democracia e do reforço do Estado de Direito.



Mas, a complexidade do actual sistema mundial obriga à adaptação, ou à criação de estruturas adequadas às novas situações e ambientes, com reflexos na adopção de metodologias de funcionamento, no âmbito da decisão política.

É, pois, neste quadro que os Parlamentos, tendo em conta as competências e poderes que lhes estão atribuídos, devem **possuir instrumentos que permitam**, às vertentes política e de funcionamento, **acompanhar uma realidade em constante transformação**.

O exercício das actividades parlamentares tem vindo a adequar a sua capacidade de resposta às exigências do mesmo. Esta realidade é demonstrada pelo acréscimo da autonomia dos parlamentos e pela importância dos **instrumentos de fiscalização** (perguntas, requerimentos, inquéritos), pelo **reforço do papel das comissões**, pelo **aumento da transparência e aproximação ao cidadão** (sites dos parlamentos e incremento das novas tecnologias de informação e de comunicação) e pelas formas de relacionamento com a sociedade civil.

O amadurecimento institucional e a vontade política para progredir em direcção a uma democracia representativa cada vez mais justa apresentam-se à ASG-PLP como **desafios** que se consubstanciam em pilares como a **crescente qualidade da legislação**, a **maior transparência** e uma **maior ligação à sociedade**.

A importância da vertente técnica reside na apresentação de uma **pronta capacidade de resposta**, face à realidade descrita, através da implementação de **novas competências** e de **novos métodos de trabalho**.

Estes devem incluir: melhorias na forma de relacionamento com a sociedade civil, na elaboração de relatórios fundamentados em estudos de direito comparado e em adequada investigação das matérias especializadas, na



sensibilização para a disponibilização da informação *on line* e na comunicação interparlamentar.

Percepcionada esta realidade, a ASG-PLP, ciente da necessidade de contribuir para a **modernização das instituições parlamentares**, desenvolve mecanismos de formação profissional na base de um **modelo de cooperação técnica comum** e fomenta o contacto pessoal e institucional dos seus membros.

Assim, trabalhando em conjunto, as administrações parlamentares colaboram na promoção das mudanças operacionais que tornam mais eficaz o apoio dos funcionários aos decisores políticos.

## II – As acções

Os objectivos que norteiam a acção da ASG-PLP, consagrados no Artigo 2º. dos respectivos Estatutos, reconhecem a realidade anteriormente descrita e têm permitido implementar mecanismos de formação interparlamentar.

As conclusões referentes às sucessivas edições dos Encontros de Secretários-Gerais e os Relatórios de Actividades que têm vindo a ser produzidos convergem na ideia da **vantagem da formação multilateral**, na perspectiva do aproveitamento do investimento nas acções formativas, face ao respectivo financiamento, ao tempo a elas dedicado e à troca de informação, com vista à melhoria da organização de cada um dos Parlamentos.

O modelo adoptado pela ASG-PLP, para além de juntar funcionários com experiências acumuladas e proveniências diversificadas num universo de trabalho comum, contém os requisitos que permitem garantir a **sustentabilidade do nível de conhecimentos**, tornando duradoura a sua aplicabilidade.



O modelo de formação inicial (2004-2007) incidiu numa abordagem generalista das matérias do domínio parlamentar, caracterizadora dos Cursos de Formação Parlamentar.

Reflexões conjuntas determinaram o esgotamento do referido modelo e deram lugar a uma abordagem temática, concretizada no figurino dos Encontros Interparlamentares de Quadros, em vigor de 2008, até ao presente.

Subjazem às contínuas edições anuais dos **Encontros Interparlamentares de Quadros** as áreas legislativa, regimental, de biblioteca e arquivo, documental, editorial, financeira, de aprovisionamento e património, dos recursos humanos, das relações públicas e internacionais, do protocolo e da informática.

Importa, pois, condensar as **ideias nucleares** que têm estado sempre **presentes nas conclusões dos referidos Encontros**:

- ✓ Manifestação de interesse e utilidade na realização do Encontro temático;
- ✓ Aprofundamento do conhecimento mútuo dos participantes;
- ✓ Maior aproximação e desenvolvimento conjunto;
- ✓ Vantagens na promoção de uma rede de comunicação regular e designação de um ponto focal em cada Parlamento como correspondente;
- ✓ Convergência de princípios e identidade de objectivos nas actuações das várias áreas;
- ✓ Facilidade na detecção de necessidades e constrangimentos existentes e introdução de melhorias.

Igualmente, no quadro das actividades da ASG-PLP e, na sequência da Declaração de Maputo de 27 de Maio de 2004, merecem referência os **Encontros de Quadros de Informática**. Os responsáveis de informática dos PLP, reunidos regularmente desde esse ano, no país que detém a presidência da Associação, têm debatido (ao longo das suas seis edições), os assuntos relacionados com a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), como ferramenta de apoio à actividade legislativa e parlamentar.



Compulsada informação sobre as principais recomendações aprovadas nas várias edições, destacam-se:

- ✓ A melhoria das infra-estruturas informáticas de base – recursos humanos, materiais e financeiros - para o bom funcionamento dos Centros de Informática dos PLP;
- ✓ A contratação de técnicos especializados para as áreas das TIC; a formação contínua dos profissionais das áreas das TIC;
- ✓ Maior disseminação do Glossário Comparado de Termos Parlamentares, responsabilizando os pontos focais identificados em tempo oportuno;
- ✓ Dinamização do processo de gestão da página *Web da ASG-PLP*;
- ✓ A criação de condições para a adopção de políticas orçamentais destinadas a investimentos relacionados com a implementação das TIC;
- ✓ Acções para constituir mecanismos mais eficientes de cooperação multilateral – criação de um *forum* de discussão na página da ASG-PLP;

### **III – Reflexões sobre o impacto da preparação técnica dos funcionários na actividade parlamentar - uma visão analítica**

A dimensão institucional da vida democrática ocupa um lugar chave e central nas sociedades o que origina o crescente mútuo escrutínio entre poderes políticos e poderes da sociedade civil. Daí, as constantes referências a uma terminologia que impera sobre a **instituição parlamentar**, de forma premente, relacionada com valores como **credibilidade**, **confiança** na sua actuação.

O nível de intervenção e de participação dos funcionários parlamentares, enquanto parte de um conjunto a quem é requerida capacidade de apoio técnico fundada em elevados padrões de qualidade, é crescente.

De forma geral, tem-se assistido à melhoria das condições de trabalho nos parlamentos, no tocante à formação profissional, aos espaços e equipamentos adequados à atribuições das funções. Tendo em conta as características



próprias de cada país, nuns casos as mudanças têm tido concretização gradual, noutros, mais rápida.

No domínio das actividades implementadas pela ASG-PLP e mencionadas no capítulo anterior, cumpre **reflectir sobre o impacto da preparação técnica dos funcionários na actividade dos parlamentos**, nos quais prestam apoio.

Nessa medida, com vista à introdução de melhorias no modelo de formação adoptado pela ASG-PLP, afigura-se oportuno o momento de analisar os conceitos atinentes, a avaliação e ética profissional.

Propõe-se a reflexão sobre:

1 - Os critérios que presidem à **avaliação** do impacto da preparação técnica dos funcionários nas actividades parlamentares poderiam constituir o mote para a elaboração de um questionário a difundir e a ser orientado pela ASG-PLP. Para além daqueles poder-se-ia acrescentar *itens* que reflectissem o grau (nível) e forma da relação deputado/funcionário. Após a recepção das respostas, os respectivos resultados e as conclusões seriam encaminhadas para os Secretários-Gerais dos Parlamentos para apreciação no XIII Encontro.

2 – A ponderação sobre **ética e actividade parlamentar**. Tendo em conta o paradigma da mudança no eixo parlamento-sociedade e o escrutínio bilateral que sobre ambos impende, resulta de interesse a reapreciação **das normas de ética e de conduta dos funcionários parlamentares**.

Atendendo à prestação de apoio aos deputados, à qualidade da legislação, ao relacionamento com os eleitores e ao contributo para a consolidação do papel do parlamento, releva-se para a importância da existência de um **manual de acolhimento destinado a funcionários**.

Um manual de acolhimento pode enquadrar os princípios e os valores num conjunto de normas que se impõe como modelo comportamental e que deve



ser observado na acção quotidiana, com vista à melhoria de desempenho da instituição.

3 – Incentivar, em cada parlamento, a componente de **investigação sobre temas de âmbito parlamentar específico**, com a respectiva produção de trabalhos a inserir na revista da ASG-PLP.

Aqui fica registado um conjunto de reflexões que, dado o caminho já percorrido pela ASG-PLP, me parecem relevantes sobre a sua crescente intervenção na consolidação das competências técnicas dos funcionários parlamentares.

A Secretária – Geral da Assembleia da República de Portugal,

Adelina Sá Carvalho

Díli, 26 a 28 de Setembro de 2011